



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 228/2023

O **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, RS, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinícius Muller Pegoraro, a seguir denominado simplesmente **CREDENCIANTE** e, de outro lado, a Profissional **ELISA BARBOSA QUEVEDO**, inscrita no **CPF sob o nº 005.025.240-22**, com consultório particular situado na Rua Júlio de Castilhos, nº 1600, Bairro Centro, na cidade de Canguçu – RS, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Chamada Pública nº 02/2023**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Parágrafo Primeiro. O objeto do presente contrato visa a Contratação de prestação de serviços de sessão de PSICOPEDAGOGIA, através de processo de chamamento público, para credenciamento conforme descrições e especificações que segue abaixo e no Termo de Referência (Anexo I) deste edital:

a) **PSICOPEDAGOGIA** – Para realização de um quantitativo físico de **até 250 (duzentos e cinquenta) sessões individuais mês de psicopedagogia**, com duração mínima de 50 (cinquenta) minutos/cada, sendo as mesmas divididas entre os profissionais habilitados, sendo que o CREDENCIANTE se propõe a pagar o valor máximo de **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)** por sessão realizada. As sessões serão realizadas pelo (s) CREDENCIADO (S) em local próprio e/ou ofertado pela Secretaria Municipal de Saúde, o que será definido pelo CREDENCIANTE, e este podendo ser alterado conforme a necessidade e interesse do CREDENCIANTE, devendo estas ser realizadas conforme agenda apresentada semanalmente pelo serviço responsável ao CREDENCIANTE. Os materiais e insumos necessários para a realização das atividades/sessões de psicopedagogias serão de responsabilidade do CREDENCIADO.

Parágrafo Segundo: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- b) O Edital da Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro. O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por sessão realizada**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CREDENCIADA deverá realizar o serviço, (objeto) contratado conforme solicitação da promitente contratante, nos termos prescritos no **Termo de Referência**, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

Parágrafo Primeiro. Os serviços de psicopedagogia, de fonoaudiologia, triagem auditiva neonatal e educador físico, serão prestados pelo (s) CREDENCIADO (S) em local próprio e/ ou ofertado pela Secretaria Municipal de Saúde, e este será determinado pelo Gestor de Saúde local.

Parágrafo Segundo. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO as despesas com pessoal e material para execução do respectivo serviço, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

Parágrafo Terceiro. Poderão participar do credenciamento, os profissionais e/ou Empresas legalmente estabelecidos ou a estabelecerem-se na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul e que comprovarem, por meio de documentação específica e atualizada, idoneidade para a prestação dos referidos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

Parágrafo Primeiro. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado em até o 15º (décimo quinto) dia útil, considerando-se nesse caso, o mês subsequente à prestação do serviço. Para tanto o CREDENCIADO deverá apresentar os comprovantes de atendimento (Encaminhamento e/ou Ficha de Atendimento) ao Departamento Administrativo/Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, até o 2º



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

(segundo) dia útil ao mês supracitado. Juntamente, deverá constar uma relação com o nome do paciente, data do atendimento, descrição do procedimento e valor do procedimento.

Parágrafo Segundo. O pagamento será realizado através de transferência bancária, cuja titularidade da conta deverá ser do CREDENCIADO com CPF e/ou CNPJ idênticos aos utilizados no Termo de Credenciamento.

Parágrafo Terceiro. Os critérios, documentação, condições e prazos necessários para apresentação de faturas, contas referentes aos serviços prestados e glosas, bem como os prazos para liquidação das contas, estão estabelecidos no termo de credenciamento de prestação de serviços.

Parágrafo Quarto. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

Fonte de recurso: P/A 2350.

Dotação Orçamentária: 339039991500 Serviços diversos outros e 339036990000 Outros Serviços.

Ficha Orçamentária: 3982 – Pessoa Jurídica e 2370 Pessoa Física.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE E DA CREDENCIADA

Parágrafo Primeiro. São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- Fiscalizar de forma permanente os serviços prestados, que fica à cargo da Secretaria Municipal de Saúde;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, documentos, relatórios que não estiverem compatíveis ou de acordo com as demandas e solicitações.
- Disponibilizar informações necessárias à realização dos serviços
- Exigir da credenciada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no edital;
- Efetuar o pagamento à credenciada de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos no contrato.
- Indicar formalmente o gestor e ou/ o fiscal para acompanhamento da execução contratual.g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; h) Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da prestação do serviço;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor do Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CREDENCIADA;
- Não poderá participar da seleção, sob pena de exclusão do certame, o profissional e/ou empresa que disponha de vínculo com a Prefeitura Municipal de Canguçu, além do presente;

Parágrafo Segundo. São obrigações da **CREDENCIADA**:

- Prestar os serviços conforme agenda pré estabelecida com o serviço de referência.
- Prestar os serviços na zona urbana do município;
- Todo material e insumo para desenvolvimento das atividades correrá por conta do profissional contratado;
- Responsabilizar-se sobre os serviços prestados e todas as atividades realizadas junto ao município sob pena de rescisão contratual e penalidades previstas em Lei; e) Respeitar a decisão do Gestor de Saúde do município, quando esse solicitar correções e ajustes em todo processo de trabalho;
- Participar de reunião de equipe do Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, impreterivelmente, no mínimo uma vez ao mês, em data a ser estabelecida, sem que haja quaisquer custos adicionais;
- Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

Parágrafo primeiro. A presente chamamento público deve ter vigência de 12 meses podendo ser prorrogado até 60 meses, a critério da administração, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



Parágrafo primeiro. As definições de como o credenciado deverá produzir os resultados pretendidos com a prestação do serviço está descrito no item 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO e item 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO DESTE Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 156 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o promitente contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens a, c. e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.
- j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.
- k) O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.
- l) No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
- m) Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA: DO DESCREDENCIAMENTO

Parágrafo primeiro. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo segundo. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

Parágrafo terceiro. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

Parágrafo quarto. Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Parágrafo Primeiro. Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Josiane Pereira de Souza, cargo: Auxiliar Administrativo, matrícula: 500879.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em via de igual teor e forma.

Canguçu, 13 de setembro de 2023.

MARCUS VINÍCIUS MULLER PEGORARO
CREDENCIANTE

ELISA BARBOSA QUEVEDO
CREDENCIADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0752-9BB4-CC72-4FD8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELISA BARBOSA QUEVEDO (CPF 005.XXX.XXX-22) em 19/09/2023 09:08:08 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/0752-9BB4-CC72-4FD8>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E050-4CF8-8D42-A237

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 19/09/2023 15:29:05 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 21/09/2023 13:21:16
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/E050-4CF8-8D42-A237>